



Despachos ACM nºs 03/2017 (Consulta 08700.000468/2017-75), 3/2017 (Acesso Restrito); apresentados pelo Conselheiro Alexandre Cordeiro Macedo.

Despachos JPR nºs 11/2017 (Acesso Restrito), 10/2017 (Acesso Restrito), 9/2017 (Acesso Restrito), 8/2017 (Acesso Restrito); apresentados pelo Conselheiro João Paulo de Resende.

Despacho PBS nº 18/2017 (Acesso Restrito); apresentado pelo Conselheiro Paulo Burnier da Silveira.

Despacho CAJS nº 64/2017 (Req. Acesso Restrito) e ofícios nºs 2140/2017 (Processo 08700.002490/2017-50), 2137/2017 (Processo 08700.002490/2017-50), 2136/2017 (Processo 08700.002490/2017-50), 2135/2017 (Processo 08700.002490/2017-50), 2127/2017 (Processo 08700.002490/2017-50) 2124/2017 (Processo 08700.002490/2017-50), 2152/2017 (Processo 08700.002490/2017-50), 2146/2017 (Processo 08700.002490/2017-50), 2237/2017 (Processo 08700.002490/2017-50); apresentados pela Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt.

APROVAÇÃO DA ATA

O Plenário, por unanimidade, aprovou a ata desta sessão.

As 16:17h do dia três de maio de dois mil e dezessete, o Presidente Interino do Cade, Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo, declarou encerrada a sessão.

Ficam desde já intimadas as partes e os interessados, na forma dos §§1º e 2º do artigo 105 do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - RICADE, quanto aos resultados dos julgamentos do Plenário do Tribunal dos seguintes itens da ata, cujas respectivas decisões foram juntadas aos autos e estão disponíveis para consulta na unidade de andamento processual: 2 e Embargos de Declaração no Processo Administrativo nº 08012.005255/2010-11.

ALEXANDRE CORDEIRO

Presidente

Substituto

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA

Secretário do Plenário

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE-GERAL

Em 8 de maio de 2017

Nº 567 - Ato de Concentração nº 08700.001390/2017-14. Requerentes: AT&T Corp., Time Warner Inc. Advogados: Francisco Todorov, Roberto Pessoa e outros.Acolho Nota Técnica nº 16/2017/CGAA4/SGA1/SG/CADE e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica citada, decido pelo indeferimento do pedido de intervenção como terceiro interessado da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (ABRATTEL) representada por Márcio Novaes e outros.

KENYS MENEZES MACHADO

Substituto

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA DA 432ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA REALIZADA NO DIA 06 DE ABRIL DE 2017.

Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP reuniram-se no salão negro do Edifício Sede do Ministério da Justiça, Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF. Compareceram: o Presidente, Cesar Mecchi Morales; e os seguintes membros: Diogo Rudge Malan; Eugênio Paes Amorim; Fernanda Regina Vilares; Fernando Pastorelo Kfourir; Joao Batista da Silva Fagundes; José Barroso Filho; Maria Tereza Uille Gomes; Olheno Ricardo de Souza Scucuglia; Otávio Augusto de Almeida Toledo; Ruy Celso Barbosa Florence; Ulysses de Oliveira Gonçalves Junior; Alessa Pagan Veiga; André Luiz de Almeida e Cunha; Fernando Fragozo; Magino Alves Barbosa Filho; Maria Gabriela Viana Peixoto; Karla Andreia Magalhaes Timbo Pinheiro (presença virtual - participou da reunião via skype) e Vilobaldo Adeliado de Carvalho. Justificaram a ausência os seguintes membros: Paulo Antônio de Carvalho; Arthur Correia da Silva Neto; Aldovandro Fragozo Modesto Chaves; Pedro Eurico de Barros; Roberto Teixeira Pinto Porto; Tais Schilling Ferraz. Estiveram também presentes os seguintes convidados: Janete Luiza Tomé - arquiteta da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo; Dálio Zipping Filho, Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Penitenciários - FONACOPEN. Com a presença do Secretário Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Dr. José Levi Mello Do Amaral Junior, o Presidente iniciou a reunião com a posse do novo Conselheiro, Dr. Máximo Alves Barbosa Filho. Ato contínuo, presidente passou a palavra ao secretário executivo do MJ, o qual teceu elogios e disse que novo conselheiro contribuirá de sobremaneira ao CNPCP. Em seguida, o presidente convidou a arquiteta Janete da SAP/SP para apresentação da temática sobre arquitetura prisional. Após, presidente abriu para os debates passando a palavra ao conselheiro André Cunha. Ao final das suas considerações, sugeriu a criação de um grupo de trabalho para estudo e revisão da resolução do nº 9 de 2011, que trata da construção, reforma e ampliação dos estabelecimentos penais. Em seguida, Presidente passou a palavra a conselheira Maria Gabriela. Ela comentou que já existe uma comissão específica para trata do assunto sobre arquitetura prisional inclusive foi formada na 427ª

reunião ordinária, realizada entre os dias 22 e 23 de setembro de 2016, composta pelos conselheiros André Cunha, Maria Tereza e pelo ex conselheiro Gabriel Sampaio. No final, sugeriu a indicação de novos membros e a substituição do ex conselheiro Gabriel Sampaio. Após os demais conselheiros fizeram algumas considerações. Como encaminhamento, o Presidente designou os seguintes conselheiros para compor a comissão: André Cunha, como relator, Maria Gabriela (também representando o depen) como Presidente, Vilobaldo de Carvalho e Maria Tereza Uille Gomes. Após, presidente aprovou as atas da 430ª e 431ª reuniões ordinárias. Em seguida, passou a palavra ao conselheiro Fernando Kfourir, o qual apresentou seu parecer sobre processo nº 08000.014414/2017-84, o qual teve como requerente a Federação Sindical Nacional de Servidores Penitenciários. Em seguida e em virtude da hora avançada do almoço, o presidente encerrou o primeiro período da reunião colocando os debates após o almoço. Complementou ainda que não poderá participar da reunião no período vespertino. Em retorno, o Conselheiro Otávio Toledo iniciou a reunião retornando aos debates sobre os autos de nº 08000.014414/2017-84. No seu voto, o relator denegou o pedido do requerente. Acompanharam o relator: Conselheiros Ruy Florence, Otávio Toledo, Maria Gabriela, Olheno Scucuglia, Fernanda Vilares, Fernando Fragozo, Alessa Veiga, Diogo Malan. Eugenio Amorim. Karla Pinheiro. Maria tereza Gomes. Votaram divergente: André Cunha. Vilobaldo Carvalho e Ariovaldo Junior. Fica aprovado o parecer conforme o relator, pela maioria. Em ato contínuo, ficou decido para o Presidente fazer as indicações da comissão de estudo e revisão do regimento interno. Em seguida, Conselheiro Otavio deu continuidade à reunião. Passou a palavra a conselheira Alessa Veiga para apresentação do tema sobre assistência material do preso. Ao final, ela sugeriu a criação de uma comissão para regulamentar a situação. Em seguida, apresentou outro tema a respeito da transferência de presos entre unidades da federação. Como encaminhamento, sugeriu, também, a criação de comissão para tratar do assunto. Ato contínuo, Conselheiro Otávio disse que iria repassar os encaminhamentos ao Presidente para que ele fizesse as indicações de ambas as comissões. Em seguida, passou a palavra ao conselheiro André Cunha, o qual fez breve comentários sobre a Medida Provisória 755, que trata a respeito do recurso do Fundo Penitenciário. Por fim, ficou decidido que o conselheiro Andre encaminharia a manifestação por email para análise e manifestação dos pares e com posterior envio ao gabinete do ministro. Em seguida, Conselheira Maria Gabriela assumiu a presidência, haja vista o conselheiro Otávio teve que se ausentar. A conselheira passou a palavra a Conselheira Alessa, que fez breve histórico das minutas de resoluções de desinstitucionalização e da saúde prisional. Como encaminhamento, ficou decido convidar para próxima reunião o dr. Marden Marques para apresentar o histórico de ambas resoluções, tendo em vista que foi relator das matérias no âmbito deste conselho; a coordenadora da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional - PNAISP - no Ministério da Saúde; e a coordenadora da Coordenação de Apoio à Assistência Social e à Saúde do Depen - CGRES/DEPEN -. Para constar, lavrou-se a presente ata redigida por mim Rafael de Sousa Costa, Secretário Executivo do CNPCP.

CÉSAR MECCHI MORALES

Presidente do Conselho

**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE
DE SEGURANÇA PRIVADA**

ALVARÁ Nº 1.927, DE 17 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/17940 - DPF/STS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CAXIAS ESCOLA DE FORMACAO E APERFEIÇOAMENTO DE SEGURANCAS LTDA, CNPJ nº 00.034.387/0001-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 830/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.979, DE 18 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/18536 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ENGEPLAN - ENGENHARIA E PLANEJAMENTO LTDA, CNPJ nº 04.949.426/0001-47 para atuar no Pará.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.021, DE 20 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/20190 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ANDRIELLO S/A INDUSTRIA E COMERCIO., CNPJ nº 61.508.727/0001-79 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.030, DE 24 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/24285 - DPF/SCS/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROFORTE SA TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 00.116.506/0016-47, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
315 (trezentas e quinze) Munições calibre .380
600 (seiscentas) Munições calibre 12
882 (oitocentas e oitenta e duas) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.074, DE 26 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/23974 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MAMUTE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA ME, CNPJ nº 16.920.995/0001-49, sediada no Espírito Santo, para adquirir:

Da empresa cedente OPS TOWER SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 11.448.569/0001-30:
5 (cinco) Pistolas calibre .380
5 (cinco) Espingardas calibre 12
Da empresa cedente OPS TOWER SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 11.448.569/0001-30:
70 (setenta) Munições calibre .380
120 (cento e vinte) Munições calibre 12
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
155 (cento e cinquenta e cinco) Munições calibre .380
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.078, DE 26 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/24556 - DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ONDREPSB SERVIÇO DE GUARDA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 82.949.652/0001-31, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2584 (duas mil e quinhentas e oitenta e quatro) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.090, DE 26 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/20795 - DPF/JZO/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 11.179.264/0005-02, sediada em Pernambuco, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
8 (oito) Espingardas calibre 12
200 (duzentas) Munições calibre 38
150 (cento e cinquenta) Munições calibre 12
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA